

EDITORIAL

A ACORS vem desenvolvendo alguns movimentos em torno do desenvolvimento da ciência policial no Brasil, por intermédio do incentivo à pesquisa e difusão de inúmeros artigos científicos que tangenciam a missão das organizações policiais capituladas no artigo 144 da Carta Magna de 1988. Os países mais desenvolvidos já possuem uma estrutura menos tímida ao fomento da pesquisa e extensão nas diversas áreas da ciência policial, razão pela qual o ensaísmo amador foi abolido, dando profusão às reflexões científicas e evitando-se, destarte, os erros e a inércia organizacional.

Apresentamos mais uma edição da Revista Ordem Pública e Defesa Social (ROPDS) - Semestre I de 2016. A edição é composta por artigos que concernem primordialmente à área de Bombeiros Militares, uma vez que os artigos são frutos de estudos dos Cadetes do último ano do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares da Academia de Bombeiros Militares do Estado de Santa Catarina, possuindo diversas perspectivas metodológicas, conforme segue.

O primeiro artigo, denominado **Competência das instituições públicas em desastres: direitos individuais versus limitações de direitos**, elaborado por Jefferson Luiz Machado e Edupércio Pratts por intermédio de uma pesquisa exploratória, realiza um estudo acerca dos direitos individuais e sociais presentes em uma situação de desastre, como vida, propriedade, posse, moradia. Em contrapartida, realiza um comparativo entre os direitos individuais e sociais das pessoas atingidas por desastres e a competência dos entes públicos em realizar a remoção dessas pessoas de suas casas por estarem em situação de perigo.

O artigo seguinte, intitulado **A participação pública em sistemas de informações geográficas para a gestão de risco**, de autoria de Walter Pereira de Mendonça Neto e Fabiano de Souza, realiza, por meio de uma pesquisa bibliográfica, um levantamento sobre a participação pública em sistemas de informações geográficas (PPSIG), com ênfase na utilização dessa geotecnologia na gestão de risco de desastres. Inferindo-se que SIG representa uma ferramenta de análises complexas e de apoio à tomada de decisões sempre que a localização geográfica for uma variável em questão, firma-se como instrumento relevante para a gestão do risco de desastres.

O terceiro artigo, **Redes sociais online no CBMSC: seu emprego como meio de comunicação em emergências e eventos críticos**, dos pesquisadores André Luís Hach Pratts e Douglas Tomaz Machado, por meio de uma pesquisa de campo, estuda as redes sociais online, com foco no Twitter, para identificar as oportunidades e os riscos em seu uso na comunicação de emergências e eventos críticos atendidos pelo CBMSC.

Vislumbra-se no quarto estudo, **Promoção da cultura de prevenção de riscos por meio dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil**, de autoria de Thiago Eloi Santos Sarraff e Alexandre da Silva, um levantamento que visa apresentar discussões e reflexões para a promoção de uma cultura de prevenção de riscos por meio da implantação de núcleos comunitários.

O quinto trabalho, **Análise de risco de deslizamento**, elaborado por Roberto Rosa Machado e Giovanni Matiuzzi Zacarias, aborda e postula a realização de gestão do risco, a qual possui como marco inicial a avaliação do risco, uma metodologia que pode ser utilizada para a avaliação do risco de deslizamentos.

O sexto estudo, **Método GUT aplicado à gestão de risco de desastres: uma ferramenta de auxílio para hierarquização de riscos**, de Rafael de Fáveri e Alexandre da Silva, tem a finalidade de verificar a possibilidade de uso do Método GUT como mecanismo de auxílio na análise e hierarquização de risco de desastres. O tipo de pesquisa se caracteriza como sendo bibliográfica. Durante o desenvolvimento, confrontam-se as teorias sobre administração, planejamento estratégico, processo de tomada de decisão e Método GUT àquelas inerentes às catástrofes.

O sétimo artigo, **A psicologia como aliada à gestão de risco em desastres**, de autoria de Bruno Souza de Albuquerque e Giovanni Matiuzzi Zacarias, levanta a relevância da atuação dos profissionais da psicologia no âmbito dos desastres, trazendo, em um primeiro momento, um pequeno contexto histórico e, em seguida, breves apontamentos sobre o que podem fazer no pré-impacto, impacto e pós-impacto.

O oitavo artigo, **Fontes de recursos federais para ações de defesa civil**, de Wagner Januário Cardeal e Marcos Aurélio Barcelos, levanta as principais formas de custeio das ações de defesa civil, caracterizando-se o estudo como uma pesquisa bibliográfica. Infere que o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil vem evoluindo constante e rapidamente com o objetivo de prevenir, mitigar e recuperar áreas afetadas por desastres.

O nono artigo, **A participação da imprensa na gestão de risco de desastres**, de autoria de Fillipi Thiago Pamplona e Aldo Baptista Neto, levanta as motivações que influenciam os veículos de comunicação a enfatizarem a cobertura jornalística de desastres na fase de resposta do Ciclo de Gestão de Defesa Civil em detrimento das

demais quatro etapas do processo. Ainda, discute maneiras de transformar a gestão de risco de desastres em uma pauta interessante para a mídia.

O décimo trabalho, **Competência legislativa do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina acerca dos desastres naturais**, de autoria de Fernanda Gabriela dos Santos e Charles Fabiano Acordi, tem o fito de levantar as competências legais do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) na gestão de desastres naturais dentro do ciclo de defesa civil, por meio de pesquisa do tipo exploratória. Utilizaram-se estudos sobre risco e vulnerabilidade e dados obtidos pela Defesa Civil Nacional e de Santa Catarina, bem como dados da Universidade Federal de Santa Catarina e da legislação pertinente.

Já o décimo primeiro artigo, **Inundações no Município de Rio do Sul: uma análise dos eventos de 2011 e 2013 à luz da gestão de risco de desastres**, de Pedro Reis da Silva e Fabiano de Souza, realiza um levantamento visando à compreensão das repercussões da implementação da gestão de risco de desastres em detrimento da gestão de desastres, ao analisar os eventos adversos ocorridos em Rio do Sul-SC nos anos de 2011 e 2013, de magnitudes muito similares e ocorridos no mesmo cenário, mas com impactos diferentes na cidade e nas ações de resposta empreendidas pelo CBMSC.

O décimo segundo artigo, **Abrigos temporários para desastres: características e realidade**, de autoria de Marco Aurélio Lino Massarani e Juliana Kretzer, levanta as características dos abrigos temporários para desastres, realizando inicialmente o embasamento legal, seguido das principais características e contrastes com a realidade.

O décimo terceiro artigo, **Certificação de cães de busca, resgate e salvamento: análise sobre a eficácia da metodologia de avaliação adotada pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**, de Henrique José Schuelter Nunes e Walter Parizotto, analisa a eficácia do modelo de certificação interna de cães de busca, resgate e salvamento do CBMSC, por meio de um estudo de caso.

O décimo quarto artigo, **Promoção da cultura de prevenção de desastres**, de autoria de Markus Vinicius Silveira e Christiano Cardoso, faz uma reflexão sobre a cultura de prevenção de desastres, abordando a percepção de risco de desastres, a mobilização social, a evolução das diretrizes e políticas internacionais e nacionais relacionadas ao tema, bem como alguns projetos voltados à promoção da cultura de prevenção.

O décimo quinto artigo, **A relação entre o Código Florestal brasileiro e os desastres naturais**, de Thiago Bernardes Maccarini e Alexandre da Silva, faz um levantamento acerca da legislação brasileira pelo Código Florestal, que limitou e restringiu a ocupação do solo do território brasileiro e conseqüentemente reduziu o risco de desastres de diversas áreas que poderiam ser ocupadas. Assevera que as mudanças no Código Florestal brasileiro – sofridas por grupos de pressão política – legalizaram a

situação de famílias que ocupavam áreas de risco. Tal contingência vem a colocar em risco a vida de milhares de pessoas pelo território brasileiro.

No décimo sexto artigo, **Ajuda humanitária em Santa Catarina: desastres envolvendo granizo**, André Pereira Canever e Renaldo Onofre Laureano Junior, por meio de uma pesquisa exploratória, levantaram os dados de ocorrências de granizo e da ajuda humanitária às populações atingidas em Santa Catarina no período de 2011 a 2014. Ainda, a pesquisa permite observar a necessidade de sistematização informatizada dos dados, pois atualmente os documentos são preenchidos manualmente para depois serem compilados, restando como sugestão para a direção da Defesa Civil Estadual.

O décimo sétimo artigo, **Cidades resilientes: a importância do fortalecimento das comunidades**, de Ricardo Cavaler Bianchi e Giovanni MatiuZZi Zacarias, levanta a necessidade de as populações estarem preparadas para o enfrentamento dos desastres no sentido lato, uma vez que a atuação nesses eventos não se resume apenas à retomada da normalidade na comunidade. Apresenta a importância do engajamento entre poder público e sociedade, para que as ações inerentes à gestão do risco de desastres sejam efetivamente implementadas, focadas não só no restabelecimento da normalidade no pós-evento, mas também na preparação para a chegada do próximo fenômeno.

O décimo oitavo artigo, **Gestão de riscos associados a movimentos de massa**, de autoria de Gustavo Cardoso e Christiano Cardoso, realiza um estudo reflexivo sobre conceitos de movimentos de massa e algumas formas de realizar a gestão de riscos associados a esses movimentos. Foram estudados os conceitos mais recentes sobre movimentos de massa, análise e gestão de riscos e ações preventivas e mitigatórias, abrangendo diversas bibliografias em relação ao tema.

Aldo Antonio dos Santos Junior

Cel PM Editor da ROP-Defesa Social